



PLC 26

**PLC 26 É NOVO ATAQUE DO GOVERNO DE SP A DIREITOS E BENEFÍCIOS DE TRABALHADORES(AS).
VEJA O QUE VOCÊ VAI PERDER. PORTANTO, MOBILIZE-SE!**

Na quinta-feira, 5 de agosto, o governo de São Paulo encaminhou à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) o Projeto de Lei Complementar 26, que modifica o estatuto do funcionalismo público e corresponde a novo ataque a direitos e benefícios.

Durante a pandemia, esta é a terceira vez que o governo estadual se aproveita do momento em que todos estão preocupados com a maior crise sanitária do século para promover o desmonte de direitos e, conseqüentemente, do serviço público.

No ano passado, o governo implementou a reforma da previdência estadual, que instituiu desconto nos salários, incluindo nas aposentadorias e pensões, e a Lei 17.203/2020, que extinguiu a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) e aumentou a alíquota do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe).

O PLC modifica a Lei 10.261/1968, o estatuto do funcionalismo público do estado de São Paulo. A lei remete à época da ditadura militar, ou seja, uma revisão até seria bem-vinda. Mas, ao contrário, a revisão vem para piorar ainda mais a situação.

O texto deve ser votado em regime de urgência e já está mobilizando as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público da saúde do estado.

Entre as propostas do projeto, que tem mais de 60 páginas, estão: acabar com as seis faltas abonadas; reduzir as faltas injustificadas; extinguir a possibilidade de o trabalhador retirar em dinheiro a licença-prêmio; dificultar a concessão de adicional de insalubridade; instituir, a partir de 2023, a Bonificação por Resultados, que não são incorporadas ao salário base e devem mexer, principalmente, com as aposentadorias, reduzindo-as. Ou seja, em vez de corrigir as perdas salariais e promover reajustes, o governo propõe a bonificação.

Entidades Sindicais

O SindSaúde-SP uniu-se a entidades sindicais para que seus departamentos jurídicos debatam o projeto e discutam ações conjuntas para evitar que a medida seja aprovada.

Na segunda-feira (9), a presidenta do SindSaúde-SP, Cleonice Ribeiro, participou de ato solene na Alesp para debater o assunto, organizado pela deputada Professora Bebel.

Na ocasião, Cleonice disse que o setor de saúde já está um caos, devido à pandemia, e que o projeto piora ainda mais a situação.

“Já está um caos, com falta de trabalhadores, muitos doentes, que estão à deriva. Não há tratamento adequado. Também não há um olhar atencioso para os que estavam no front”, disse.

VEJA ALGUNS DOS PONTOS DO PROJETO QUE PODEM AFETAR VOCÊ

- Fim do abono de permanência.
- Fim das faltas abonadas.
- Fim das faltas justificadas: todas as faltas serão injustificadas.
- Fim do reajuste do adicional de insalubridade: o projeto prevê a revogação do parágrafo único do artigo 3º da LC nº 432/1985, que prevê o reajustamento do valor do adicional de insalubridade, anualmente, no

mês de março, com base no IPC-Fipe. A justificativa é de que esse indicador “não se coaduna” com as normas gerais das finanças públicas. Além disso, também revoga a possibilidade de pagamento dessa vantagem nos afastamentos em virtude de licença-prêmio e falta abonada.

- **Bonificação por Resultados:** é uma pegadinha! Tem que atingir metas e tem que haver disponibilidade de orçamento, caso contrário, você não recebe!

MOBILIZAÇÃO É A SOLUÇÃO

O SindSaúde-SP convoca todas as trabalhadoras e trabalhadores da saúde pública do estado a se mobilizarem contra o PLC 26, pois, se aprovado, fica difícil tentar reverter as perdas e danos.

Portanto, a única forma de impedir mais essa tragédia na conta das trabalhadoras e trabalhadores é a mobilização!

Junte-se a nós em mais essa luta!

Participe

**Mobilização Nacional
contra a PEC 32
e o PLC 26**

18/8

QUER SABER MAIS SOBRE O

PLC 26 ?



ACESSE O QR CODE
E VEJA O PROJETO NA ÍNTEGRA

www.sindsaude.org.br

Rua Teodoro Sampaio, 483 Cerqueira César - São Paulo-SP Fone: (11) 3083-6100